

REFLEXÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE A DIMENSÃO PEDAGÓGICA E OS CONTEÚDOS DA ÁREA DE CONHECIMENTO NO REDIMENSIONAMENTO DOS PPCs DAS LICENCIATURAS.

Augusto César Rodrigues Mendes, Dayse Lago de Miranda, Eliene Maria da Silva, Lídia Barreto da Silva, Mônica de Souza Massa, Raquel Aparecida S. Azevedo Souza, Rita de Cássia da Silva Oliveira.

Desde 2015, estamos vivendo na UNEB, uma intensificação dos diálogos e reflexões sobre o redimensionamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), que produzem ressonâncias nas propostas curriculares e na formação dos estudantes egressos desses cursos e, em especial dos cursos de licenciaturas devido, sobretudo à homologação da Resolução CNE 02/2015, que define sobre *as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.*ⁱ

Esse processo vem ocorrendo além do âmbito dos Colegiados, nos Fóruns de Desenvolvimento Curricular, Grupos de Trabalho (GT) por Curso criados em maio de 2015, bem como nos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) que passaram a exercer a função de articulação e acompanhamento dos PPC, prevista na Resolução CONSEPE nº 1.818/2015 que os instituiu.

Vivemos momentos de instabilidade política no âmbito nacional e de ameaças aos direitos adquiridos ao longo dos anos por meio de muitas lutas. Nesse cenário, não podemos passar despercebidos que, lidamos com a produção de conhecimentos na Universidade e em especial, nos cursos de licenciatura, lidamos com a formação de professores que atuarão na Educação Básica. Assim, a natureza desses cursos apresenta íntima relação com a docência e com a gestão dos processos educacionais. Essa mesma instabilidade refletiu-se no movimento interno dessas discussões na UNEB, ocasionando avanços, paradas e retomadas desse processo, inclusive por sucessivos adiamentos do prazo de implementação das diretrizes curriculares para formação de professores para a Educação Básica.

A UNEB, enquanto uma Universidade multicampi, atenta ao seu compromisso de inclusão social e sensível à pluralidade de sujeitosⁱⁱ, nos desafia a pensar/elaborar currículos para a formação de professores que atuarão com crianças, adolescentes,

jovens e adultos na diversidade socioeconômica, étnica, de gênero e sujeitos com necessidades especiais. Estes são sujeitos pertencentes aos diversos espaços formativos familiares, religiosos, urbanos, rurais, comunitários em suas múltiplas configurações. Esses sujeitos, por sua vez, apresentam formas peculiares de atuar no mundo, que não podem ser desconsideradas em seu processo formativo.

Assim, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) juntamente com os articuladores das Áreas do Conhecimento (Humanidades; Letras, Linguísticas e Artes; Exatas; Saúde e Ciências Sociais Aplicadas), elaborou o referido documento orientador para colaborar nas discussões e construção das propostas pedagógicas dos cursos das diversas licenciaturas, considerando a natureza dos mesmos. Salientamos que esse movimento dialógico, pautado na escuta dos diversos Colegiados de Curso, juntamente com seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) vem consolidando um movimento permanente de estudo e reflexões sobre desenvolvimento curricular na/da UNEB e reverbera para além das questões no campo do currículo, questões vinculadas também ao campo da docência universitária. Assim destacamos alguns aspectos que consideramos pertinentes para contribuir nas discussões e sistematização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

O primeiro aspecto que salientamos, diz respeito à afirmação da identidade da formação de professores nos cursos de licenciatura, o que implica na elaboração do PPC específico, que esteja sensível aos desafios dessa formação para a Educação Básica, compreendendo a complexidade que tal ação profissional representa.

Outro aspecto que necessita nossa atenção é a diversidade de sujeitos no que diz respeito às faixas geracionais em formação na Educação Básica, que por sua vez, estão situados nos diversos Territórios de Identidade do nosso Estado. Esses aspectos nos aproximam, mas também realçam nossas diferenças, e isso o PPC deve contemplar: a formação de sujeitos que trazem consigo especificidades humanas, expectativas de vida e os desafios que a sociedade lhes impõem.

Ressaltando mais uma vez a especificidade dos cursos de licenciatura, a relação teoria-prática deve permear todos os componentes curriculares de forma articulada com o contexto de atuação profissional. Desse modo, os conteúdos da área específica

de cada curso devem articular-se às práticas¹ e estágios² ao longo de toda a formação. Isso nos provoca a elegermos os conteúdos pertinentes e necessários para a docência e para a gestão de processos educacionais, em um diálogo refinado com os conhecimentos específicos e necessários ao profissional da área de formação. É importante atentarmos que a formação para a docência precisa oportunizar o aperfeiçoamento da capacidade de reflexão do profissional sobre o seu próprio fazer para, contínua e progressivamente, transformá-lo.

Fazer valer esta articulação é o que assegurará uma formação sólida e integrada entre os conteúdos específicos da área de formação e aqueles conteúdos específicos para a docência, superando as ressalvas que apontam para um esvaziamento da formação da área específica pelas referidas Diretrizes.

Merece destaque, também, o cumprimento do percentual de 1/5 da carga horária total do curso para os componentes curriculares da dimensão pedagógica, além das 400h de prática e 400h de estágio, apresentados na Resolução em pauta. Nesse aspecto, componentes curriculares como Didática, Avaliação, Currículo, poderão compor essas opções, considerando mais uma vez a especificidade do curso, pois estamos tratando de cursos de licenciatura (Gatti, Barreto, André, 2013; Torres, 2016)³. É importante ressaltar que esses conhecimentos pedagógicos não devem ser trabalhados de forma apartada dos conhecimentos específicos de cada área de conhecimento, tendo em vista que a dimensão pedagógica também se constitui uma dimensão específica das licenciaturas.

Importa diferenciar os tipos de prática e definir aquela a que se refere às Diretrizes, entendendo-as como práticas de ensino/pedagógicas, também comprometidas com a aprendizagem dos conteúdos específicos da formação. De

¹ Conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimento, ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. (Resolução 02/2015)

² Estágio é aqui concebido como uma atividade curricular formativa a ser integralizada por estudantes de todas as modalidades de cursos de graduação da UNEB, nos termos dos respectivos PPC, caracterizado como um ato educativo orientado e supervisionado.

³ GATTI, Bernadete A., BARRETTO, Elba Siqueira de Sá, ANDRÉ, Maria Eliza Dalmazo de Afonso. Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: Acesso em 26 set. 2013. TORRES, Mônica Moreira de Oliveira. A PRÁTICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: sentidos atribuídos por estudantes e coordenador de curso durante a realização da licenciatura em Geografia do Campus XI –Serrinha -UNEB / Mônica Moreira de Oliveira Torres. - Salvador, 2016

acordo com Franco (2016), “práticas pedagógicas como práticas que se realizam para organizar/potencializar/interpretar as intencionalidades de um projeto educativo”.

Desse modo, as práticas e estágios, estes devem contemplar percentual significativo das suas cargas horárias para atividades nas escolas da educação básica, em processos compartilhados com as redes de ensino desde sua concepção. É possível pensar as práticas e estágios como um contínuo de 800h em ⁴escolas-campo, distribuídas em atividades e práticas a serem definidas no PPC (planejamento, observação, coparticipação, docência efetiva, codocência, atividades de gestão escolar, dentre outras). A ideia é que a imersão no campo de atuação profissional aconteça em um contínuo e não somente em atividades pontuais que acontecem nas escolas, mas que em muitos casos não se configuram como articulações com a educação básica.

ⁱ CONSIDERANDO a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo. (Resolução 02/2015)

ⁱⁱ CONSIDERANDO a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição. (Resolução 02/2015).

⁴ As escolas-campo aqui referidas se constituem instituições educacionais onde os estágios serão realizados.